

<https://revistapropuestascriticas.uchile.cl>

ARTIGO

Além de uma cortina de fumaça: unidade exploração-opressão e o moralismo da extrema direita na crise estrutural do capital

Además de una cortina de humo: la unidad explotación-opresión y el moralismo de la extrema derecha en la crisis estructural del capital

Beyond a smoke screen: the unity of exploitation-oppression and the moralism of the far right in the structural crisis of capital

47

Paulo Wesley Maia Pinheiro¹

Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá, Brasil.

Recebido: 29/04/2024

Aceito: 25/08/2024

Cómo citar

Maia Pinheiro, P. W. (2024).. Além de uma cortina de fumaça: unidade exploração-opressão e o moralismo da extrema direita. *Propuestas Críticas en Trabajo Social - Critical Proposals in Social Work*, 4 (8),47-68. DOI: 10.5354/2735-6620.2024. 74508.

¹ Contacto: Paulo Wesley Maia Pinheiro, Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiaba, Brasil.

✉ paulo.pinheiro@ufmt.br

Octubre 2024. Vol. 4, Num. 8, 47-68 ISSN 2735-6620, DOI: 10.5354/2735-6620.2024. 74508.



Resumo

Este ensaio articula reflexões sobre questões estruturais do modo de produção capitalista e as mediações conjunturais das últimas décadas, demonstrando que o avanço da unidade entre “(ultra)neoliberais” e neoconservadores/reacionários é uma realização política da unidade exploração-opressão. Fundamentados no debate acerca do trabalho, da reprodução social e da alienação em Marx e Lukács, analisamos o avanço da extrema direita e demonstramos que o aprofundamento das violências sobre os sujeitos historicamente oprimidos não é uma exceção, mas uma necessidade da ordem do capital. A particularidade desta conjuntura, mergulhada na crise estrutural do capital, evidencia as características mais imponentes da unidade exploração-opressão. Entender essa dinâmica desnuda a urgente necessidade de que as lutas sociais atinjam o âmago dessa estrutura, *suprassumindo* a objetivação da exploração da classe trabalhadora e sua subjetivação centrada no ethos burguês

Palavras-chave:
unidade
exploração-
opressão;
ethos burguês;
ontologia do ser
social

Abstract

This essay articulates reflections on the structural issues of the capitalist mode of production and the contingent mediations of recent decades, demonstrating that the convergence between “(ultra)neoliberals” and neoconservatives/ reactionaries represents a political realization of the unity of exploitation and oppression. Grounded in the debate on labor, social reproduction, and alienation in Marx and Lukács, we analyze the rise of the far right and demonstrate that the intensification of violence against historically oppressed subjects is not an exception but a necessity of the capitalist order. The particularity of this conjuncture, immersed in the structural crisis of capital, highlights the most imposing characteristics of the unity of exploitation and oppression. Understanding this dynamic reveals the urgent need for social struggles to reach the core of this structure, transcending the objectification of the exploitation of the working class and its subjectivation centered on the bourgeois ethos.

Keywords:
unity of
exploitation
and oppression;
bourgeois ethos;
ontology of social
being



Introdução

As raízes coloniais e a metamorfose dos processos de dependência promovem uma hegemonia capitalista que empreende sua força repressiva sobre os sujeitos historicamente oprimidos e permanece garantindo a naturalização histórica da política de violência, encarceramento, patologização, moralização e extermínio de parcelas da classe trabalhadora mediadamente implicadas nas dimensões mais desumanizadas do capitalismo imperialista, racista e heterocispatriarcal. Tais características se agudizam e explicitam suas determinações na atual conjuntura do capital em crise.

Nesse contexto, não é raro encontrarmos análises reducionistas sobre a extrema direita, baseadas em uma visão anacrônica e romântica liberalismo burguês e, por isso, sugerindo uma suposta incoerência com o que se chama de coalização “(ultra) neoliberal” com os setores denominados de (neo)conservadores e reacionários. Nessas posições, há quem sustente que os processos de explanação de posições intolerantes e discriminatórias de ordens racistas, machistas, misóginas, lgbtfóbicas e xenofóbicas seriam meras táticas de agitação e propaganda moralista para desviar a atenção, enquanto se aprofunda a exploração da força de trabalho.

49

Seja nessas conclusões superficiais de uma suposta “cortina de fumaça” para encobrir a realidade, seja na já conhecida capitulação por setores liberais das bandeiras de lutas contra as opressões, persevera um caráter opaco diante da essência da unidade exploração-opressão e suas expressões dentro da política. Uma análise profunda necessita da recuperação do debate marxiano e lukacsiano acerca da ontologia do ser social, do fundamento do trabalho e sua incidência nos complexos da reprodução social, realizando o entendimento da unidade exploração-opressão em sua materialidade histórica, onde os processos de alienação se retroalimentam dialeticamente (Pinheiro, 2022).

Este ensaio objetiva demonstrar que o aprofundamento das violências sobre os sujeitos historicamente oprimidos não é uma exceção conjuntural, mas que, além de terem os seus princípios presentes nas condições originárias do capitalismo (Marx, 2013), se realizam na atualidade cumprindo suas mediações e determinações estruturais para a realização da lei geral de acumulação capitalista, com dinâmicas metamorfoseadas e com características peculiares diante das atuais necessidades da ordem do capital em sua crise estrutural (Mészáros, 2009).



Unidade exploração-opressão como complexidade alienada: notas sobre o sócio metabolismo das desigualdades burguesas

O protagonismo de grupos, partidos políticos e lideranças de extrema direita que articulam um discurso moralista, intolerante e autoritário com uma agenda de austeridade econômica é um fenômeno no âmbito da política que expressa a complexificação do processo de exploração da força de trabalho diante do atual estágio da mundialização do capital.

Se aparência e essência não são coincidentes, buscar a ontologia das expressões de preconceito e discriminação exige uma análise da base e da função social do ethos burguês. A complexidade política e econômica da atual conjuntura nos impõe o exercício da reflexão sobre os desafios da classe trabalhadora, buscando a sua totalidade, pensando os impactos, as mediações e as determinações que se realizam nas particularidades do capitalismo dependente. Entender essa dinâmica desnuda a necessidade de que as lutas sociais atinjam o âmago dessa estrutura, suprassumindo a objetivação da exploração da classe trabalhadora e sua subjetivação centrada no ethos burguês.

50

Em contraposição às leituras fragmentadas, comumente presentes nas teorias comprometidas com a naturalização do liberalismo, muitas elaborações marxistas, especialmente de mulheres, de latino-americanos e de militantes negros anticolonialistas, demonstraram tais mediações ao longo do tempo. A demonstração do fundamento histórico e a necessidade material da unidade exploração-opressão para a ordem do capital é a base para a articulação dos pontos mais consistentes dessas análises (Pinheiro, 2022). É a expressão do fundamento da alienação e sua complexificação na história da sociedade capitalista que ilumina o cerne da unidade exploração-opressão.

Para entender o que nos desumaniza é preciso desvendar a radicalidade daquilo que nos faz humano. Isto posto, desnaturalizar as desigualdades sociais perpassa por demonstrar a unidade exploração-opressão, evidenciando primeiro as determinações que fazem do ser humano um ser social, tendo o trabalho como sua categoria fundante. Tal construto teórico pressuposto por Marx e Engels perpassa diversos sujeitos da tradição marxista e tem na obra de maturidade de Lukács (2018) a sua forma mais aprofundada, desenvolvendo as mediações e determinações definitivas dessa condição.



O construto desenvolvido em Marx e em Engels², nas suas jornadas em busca do âmago da sociedade burguesa e suas possibilidades de superação, instaurou a base do excipiente teórico para a dimensão da ontologia do ser social. O jovem Marx, em seu diálogo crítico com a dialética hegeliana, absorveu a dinamicidade contraditória do movimento do real, pondo-a com os pés na materialidade. Já Engels, sinalizando os enxertos críticos e materialistas da economia política clássica, converteu análises da primazia ontológica do trabalho para o entendimento do processo de humanização.

A empreitada intelectual de Lukács resultou em uma profunda crítica ao neopositivismo e ao existencialismo, passando também pela análise e diálogo com Hartmann e os processos contraditórios da ontologia hegeliana até desenvolver sua argumentação nos fundamentos marxianos, concentrando sua argumentação no trabalho como categoria fundante e desenvolvendo reflexões decisivas sobre a reprodução social, ideologia e alienação (Lukács, 2018).

Tal síntese proporciona uma análise capaz de demonstrar o caráter inédito do ser social. O percurso teórico em torno da procura originária do ser humano, fugindo de abstrações filosóficas estéreis, retrata a essência histórica e social com interesse evidente de pensar as sociedades, sobretudo, os problemas estruturais da sociabilidade do capital.

Por isso, Lukács desenvolve formulações sobre as objetividades e as subjetividades alienadas pela lógica da propriedade privada dos meios de produção e pela centralidade da exploração da força de trabalho. Detalhando os nexos interiores dos processos das práxis humanas em suas distintas particularidades históricas, com a finalidade de desnudamento da forma mais complexa da alienação na sociabilidade do capital, o autor fundamenta uma lente sobre as mediações da totalidade capitalista em sua base estrutural e na vida cotidiana.

É nessa direção que desvendamos que, assim como o trabalho é a categoria fundante do ser social, a alienação é a categoria ontológica da unidade exploração-opressão, sublinhando que, enquanto a primeira é a fonte constitutiva da potencialidade social de criação do novo, da humanização do mundo e da diversidade humana, a alienação é o postulado para a desefetivação do ser, da coisificação, da humanidade desumanizada e da produção social das desigualdades e de suas naturalizações (Pinheiro, 2022).

² Além das reflexões da maturidade sobre trabalho concreto e abstrato em *O Capital* (2013), esse debate atravessa as formulações marxianas em todo seu percurso intelectual, sendo imprescindível resgatar pressupostos e construções contidas em textos como *A Questão Judaica* (2010), e o debate emancipação política e emancipação humana, além das inflexões sobre ideologia, alienação e questões do método nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, na *Ideologia Alemã* (1846/2007), no *Prefácio para a Crítica da Economia Política* e, por firmes análises trabalhadas nos *Grundrisse* (2011) acerca das questões do indivíduo e da reprodução social, além da unidade produção-circulação-consumo. Em Engels, textos como “*O Papel do Trabalho na Transformação do macaco em homem*” (1876/2004) e a *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884/2006).

Aprofundando as dimensões produtivas e reprodutivas da alienação constatamos suas particularidades históricas até a forma mais madura, sofisticada e complexa de sua realização na sociabilidade capitalista, materializando contradições radicalmente distintas, relações qualitativamente mais desumanizadas, socialmente existentes na conjunção das relações de produção e dos complexos de reprodução.

O entendimento da objetivação do antagonismo de classes sociais vem em unidade com a naturalização de um ethos social da burguesia que universaliza um modelo de ser humano, a saber, o homem detentor dos meios de produção, branco, europeu, heterossexual, familista, sujeito potencialmente produtivo, defensor da razão formal e abstrata, dos valores judaico-cristãos e do individualismo.

Essa abstração moral, estética e ideológica não é uma mera invenção instrumental, mas uma construção social que desumaniza cotidianamente, institucionalmente e estruturalmente as pessoas da classe trabalhadora. Uma construção realizada no processo histórico racista e heterocispatriarcal de desenvolvimento das condições estruturais da sociedade de classes que forjou sua base colonial e imperialista.

52

Enquanto o conjunto de formas e meios de exploração da classe trabalhadora se complexifica e atinge suas manifestações mais agudas nos territórios de capitalismo dependente, o marco do ethos burguês é a referência valorativa para a sociedade enquanto coletividade, sendo também o marco de valorização dos indivíduos na vida cotidiana.

Nesse processo, as consequências interpessoais e subjetivas são os aspectos aparentes de um processamento fundamental do rebaixamento do valor da força de trabalho dos sujeitos oprimidos. Afinal, a medida do valor interposta no tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria força de trabalho atravessa todos os complexos da reprodução social atingindo a organização da vida cotidiana.

Dessa forma, por uma construção histórica, mulheres, negros/as, indígenas, LGBTQIAPN+ da classe trabalhadora tem sua humanidade expropriada e vivenciam uma estrutura sob a ótica da humanidade desumanizada do ethos burguês. Pela necessidade ontológica de reinvestimento de capital constante em detrimento de capital variável, dimensão fundamental da lei geral de acumulação capitalista, a construção da mercadoria força de trabalho realizada em diferentes camadas da classe trabalhadora tem na construção da alienação manifesta na opressão, um recurso implacável desse processo.



Por exemplo, a “fabricação” da mercadoria força de trabalho nos complexos da reprodução social demonstra uma “carga social” maior para produzir a força de trabalho masculina, branca e europeia, em detrimento do investimento coletivo para a produção e manutenção da vida para produção da mercadoria força de trabalho feminina da América Latina. A diferença subsumida à desigualdade não é uma dimensão menor, muito menos uma aleatoriedade, ela faz parte de uma complexidade alienada entre alienação do trabalho (Marx, 2013), alienação sexual (Lukács, 2018) e alienação colonial (Fanon, 2008) e objetiva a concretude da formação das classes sociais e a subjetivação do ethos hegemônico.

Evidenciar os valores de uso e os valores de troca distintos e dialeticamente afirmados no âmbito da subjetivação burguesa impõe entender que a centralidade do trabalho abstrato no capitalismo realiza uma dinâmica de retroalimentação no ciclo da reprodução social ampliada e que, aquilo que aparece no âmbito da política como uma excepcionalidade autoritária em tempos de crise do capital é, na verdade, a demonstração das mediações emblemáticas da unidade liberal-conservadora que, desde o colonialismo e de sua maturidade no século XIX, expõe o caráter simbiótico do conjunto de alienações vivenciadas na sociedade burguesa. O apogeu do capitalismo em sua crise estrutural das últimas décadas mais do que reavivar esses processos, constituem novas determinações para a manutenção deste modo de produção.

A unidade exploração-opressão na barbárie conjuntural

O Mapa da Desigualdade de 2022 (Chancel et al, 2021) demonstra que os 10% mais ricos do planeta capturaram 78% da riqueza produzida. Em contrapartida, o estudo aponta que mais da metade da população mundial fica com apenas 2%. Os pesquisadores demonstraram ainda que o continente africano é o mais desigual, em oposição à Europa, onde o índice de desigualdade é o menor. Na América Latina os 10% mais ricos ficam com 55% da riqueza.

As transformações do capitalismo, sua capacidade de reinvenção diante das crises e seus sustentáculos de hegemonia criam tendências para manter sua universalidade: a exploração da força de trabalho. Na atualidade existem dados implacáveis para a percepção da presença permanente das opressões no aprofundamento e manutenção da sociabilidade alienada e no processo de destrutividade do capital.

A necessidade de manutenção da lei geral de acumulação e seu irremediável pilar de

ampliação do lucro aponta para alternativas de aprofundamento da exploração pela composição orgânica do capital, sofisticando o processo produtivo em tempos de alta tecnologia, pelo fortalecimento do caráter destrutivo do meio ambiente globalizado e pela necessidade de os Estados assumirem suas tarefas mais evidentes de coerção e consenso para a manutenção da hegemonia burguesa.

O fortalecimento de uma cultura política autoritária, conservadora, reacionária e profascista, que Lowi (2019, pp. 1-2) sintetizou:

Trump (EUA), Modi (Índia), Orbán (Hungria), Erdoğan (Turquia), ISIS (o Estado Islâmico), Duterte (Filipinas) e agora Bolsonaro (Brasil). Em muitos outros países, vemos governos alinhados a essa tendência, embora menos definidos: Rússia (Putin), Israel (Netanyahu), Japão (Shinzo Abe), Áustria, Polônia, Mianmar, Colômbia, etc. (...) Em cada país, essa extrema direita tem características próprias: em muitos países (Europa, Estados Unidos, Índia, Mianmar), o “inimigo”, ou seja, o bode expiatório, são os muçulmanos e os imigrantes; em certos países de maioria muçulmana, são as minorias religiosas (cristãos, judeus, yazidis). Em alguns casos, predomina o nacionalismo xenófobo e o racismo; em outros, o fundamentalismo religioso ou o ódio à esquerda, ao feminismo ou aos homossexuais. Apesar dessa diversidade, há algumas características comuns na maioria, se não em todas: o autoritarismo, o nacionalismo integral – “Deutschland über alles” e suas variantes locais: “América Primeiro”, “Brasil acima de tudo”, etc. – a intolerância religiosa ou étnica (racista) em relação ao “Outro”, e o uso da violência policial/militar como única resposta aos problemas sociais e à criminalidade.

54

Esta cultura explicitamente intolerante e comprometida com os interesses do capital é marca mundializada que se agudizou nos últimos anos. Os setores (ultra) neoliberais, moralistas e extremistas de direita realizam o processo de minimização do Estado para os direitos da classe trabalhadora, maximizando uma lente apontada para o interesse do capital, especialmente o financeiro, para a repressão das lutas sociais e para a instrumentalização do aparato do estado para discursos e práticas irracionais, preconceituosas e discriminatórias.

O rebaixamento de horizonte das lutas coletivas permite ainda que os setores críticos e de oposição se concentrem, majoritariamente, na ampliação de discursos centrados na

inclusão via mercado, nas análises possibilistas e nos processos minimalistas diante da situação naturalizada pelas manifestações de violência e ampliação das desigualdades. O reformismo rasteiro se articula com leituras culturalistas das expressões da barbárie contemporânea, numa adesão política por discursos novos e práticas reativas dentro da ordem, atuação própria de lógica individualista, particularista e pós-moderna que

“[...] opera apagando as pistas que seriam necessárias para compreender o mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que o suposto fim do trabalho e das classes sociais apaga a necessária reflexão sobre a constituição de um sujeito histórico capaz de mudar esta sociedade e apontar para uma alternativa histórica. Da mesma forma, o mito da economia de mercado e do Estado liberal democrático obscurece os caminhos necessários de uma ruptura política que materialize essa mudança societária urgente e necessária” (Iasi, 2017, p.38)

Na particularidade latino-americana, o descompasso anti-emancipatório expressa todas as mediações da unidade exploração-opressão, desgarrando as raízes históricas da escravização dos povos africanos, a dilapidação dos territórios e das sociedades dos povos originários e a estruturação heterocispatriarcal que edificou uma expropriação histórica, permanente e contínua, fundamental para o amadurecimento da sociabilidade burguesa, seja na apropriação dos meios de produção, seja na apropriação das identidades e constituição de um ethos alienado universalizante centrado no “tipo humano burguês”.

O contexto de crise do capital sob estas características permite aceleração dos elementos que vinham se constituindo na articulação entre medidas econômicas regressivas para a classe trabalhadora, valores conservadores e enfraquecimento das instituições democráticas.

A miséria da razão (Coutinho, 2010) eleva a dimensão mais desumanizada dos construtos ideológicos para reproduzir sob todas as dimensões do irracionalismo burguês a promoção de qualquer medida que mantenha a estrutura social da exploração em pé mesmo em tempos de crise.

Nesse sentido, a “destruição da razão” não é a superação do racionalismo burguês, mas seu esgotamento em sua faceta supostamente civilizatória, sendo aprofundada em suas mais agudas formas de alienação. Lukács (2010, p.68) sintetiza teoricamente que

“o irracionalismo como concepção do mundo fixa este esvaziamento da alma humana de qualquer conteúdo social, contrapondo-o rígida e exclusivamente ao esvaziamento igualmente mistificado, do mundo do intelecto. Assim, o irracionalismo não se limita a ser a expressão filosófica da barbárie que cada vez mais intensamente domina a vida sentimental do homem, mas a promove diretamente. Paralelamente à decadência do capitalismo e o aguçamento das lutas de classes em decorrência de sua crise, o irracionalismo apela – sempre mais intensamente – aos piores instintos humanos; as reservas de animalidade e de bestialidade que necessariamente se acumulam no homem em regime capitalista. Se as mentirosas fórmulas demagógicas do fascismo, invocadoras do “sangue do solo”, puderem encontrar uma tão rápida difusão nas massas pequenas-burguesas seduzidas pelo fascismo, é grande a responsabilidade que recai objetivamente sobre a filosofia e a literatura da decadência, que evocam estes instintos embora na maioria dos casos, não pensassem que deles faria o fascismo, e até mesmo, muito frequentemente, as condenassem com indignação”

O recrudescimento do pensamento e das práticas conservadoras (e reacionárias) no Mundo, em diversos âmbitos da vida social, tem colocado em xeque conquistas da classe trabalhadora e dos setores historicamente oprimidos. O processo se evidencia em perdas legais, materiais e simbólicas, além de ameaçar acúmulos teóricos e políticos na ampliação de reflexões coletivas acerca do combate às opressões e fortalecimento dos direitos humanos. Compreendendo esse fenômeno numa perspectiva mais ampla Iasi (2017, p. 380) salienta que:

“O conservadorismo não pode ser entendido em si mesmo, ele é expressão de algo mais profundo que o determina. Estamos convencidos que ele é uma expressão da luta de classes, isto é, que manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa. Nesta direção é importante que comecemos por delinear o cenário no qual o conservadorismo se apresenta”.

Assim, o conservadorismo revela um abissal constructo ideológico que promulga a permanência daquilo que é basilar para a manutenção da hegemonia dos privilégios cotidianos de determinados setores da sociedade, isto é “o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor” (Boschetti, 2015, p. 639).

Esse processo é materializado na desigualdade social promulgada pela pobreza e pelo desemprego, assim como a violência, tanto em nível estrutural, como cultural e social, atingindo sujeitos historicamente oprimidos, como mulheres, negros(as), população LGBTQIPN+. Esse conjunto de medidas amplia as possibilidades de aprofundamento da exploração da força de trabalho desses sujeitos, corroborando com o foco na mais-valia e revitalizando as tendências do capitalismo dependente e sua formatação diante das possibilidades de produtividade e relações de trabalho.

Os ataques às condições de vida, trabalho e consumo não são meras condições de moralismo e nem fatos isolados. Sobre o dimensionamento da exploração no capitalismo dependente. A lógica de ataque aos direitos, a ampliação de uma perspectiva repressiva por via do Estado e a afirmação fatalista diante das condições de vida da classe trabalhadora são elementos funcionais às tarefas impostas para a manutenção da hegemonia burguesa. Por isso, no plano político e ideológico, a luta contra as opressões se depara com o fortalecimento dos setores mais conservadores nos âmbitos econômico, moral, e da política formal que visam a minar quaisquer das intenções de superação, sejam das consequências coevas, sejam das opressões mais arcaicas.

“O conservadorismo não é um desvio cognitivo ou moral, não é fruto de uma educação malfeita ou de preconceitos vazios de significado. O conservadorismo é uma das expressões da consciência reificada, nos termos de Lukács, ou do chamado senso comum, nas palavras de Gramsci, isto é, é uma expressão da consciência imediata que prevalece em uma certa sociedade e que manifesta, ainda que de forma desordenada e bizarra, os valores determinantes que têm por fundamento as relações sociais determinantes” (Iasi, 2017, p.382).

Dessa forma, o apelo do capital e dos setores médios para a administração estatal por vias políticas neoliberais, conservadoras e reacionárias, atacando direitos sociais e as liberdades democráticas, atinge o cotidiano de trabalhadores/as que tem cor, etnia, identidade de gênero, orientação sexual, origem geográfica e culturas particulares. Articulando uma reflexão sobre a conjuntura brasileira e europeia, Löwy (2015, p. 662-663) coloca que:

“o que é comparável na extrema-direita francesa e brasileira são dois temas de agitação sociocultural do conservadorismo mais reacionário: I) A ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a reestabelecer a pena

de morte: é o caso na Europa da extrema direita e no Brasil da 'bancada da bala', fortemente representada no Congresso. II) A intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais. É um tema agitado, com certo sucesso, por setores religiosos, com referência católica (Opus Dei, Civitas etc.) na França e evangélica neopentecostal no Brasil”.

Não por acaso a ideologia burguesa lança mão de análises moralistas para a manutenção das taxas do lucro e amortecimento organizativo do processo de resistência popular. A decadência ideológica e o esgotamento das manobras possíveis dentro da emancipação política contornam os limites das lutas sociais circunscritas às táticas imediatas e com estratégias embarreiradas pela ordem social do capital.

Dia da crise estrutural do capital (Mészáros, 2009), a tendência de universalização das práticas fascizantes se afixam por diversos territórios. Isso revela que a ideia de uma característica antidemocrática como exceção na sociedade capitalista reproduz a visão dualista entre democracia-ditadura, coerção-consenso quando, na verdade, dentro da história, o processo elástico da emancipação política conflui num processo de unidade de contrários, de continuidade na descontinuidade e no processo de pressão de classe que esbarra em limites estruturais dessa sociedade. A dimensão autoritária da burguesia faz parte do seu amadurecimento político oriundo de sua consolidação com seu projeto de sociedade e sua hegemonia política.

O fascismo clássico, radicalização do poder do estado burguês como alternativa violenta, explícita e evidente às crises do capital da época - primeiras décadas do século XX - foi articulado por uma necessidade histórica que perdeu hegemonia frente ao keynesianismo-fordismo. Essa possibilidade adormecida nunca morreu enquanto possibilidade, muito menos sufocou seus elementos ideológicos e, por fim, não impediu que o autoritarismo e a agressividade com os oprimidos permanecessem nos países democráticos no pós-guerra e reavivasse novas manifestações de seus princípios após o apogeu neoliberal.

O protoneofascismo contemporâneo revela nuances importantes que manifestam a agudização do papel do Estado para o capitalismo, consolidando ações para a minimização para os direitos e políticas sociais e a maximização para a repressão à resistência coletiva e estruturação do lucro do capital, seja pelo financiamento direto com o fundo público, seja como base estruturada para ampliação da mais valia absoluta e relativa.

O binômio força-consenso se faz presente no cotidiano. Ele se espalha na violência autorizada contra a diferença e a divergência. A trágica forma limitada da democracia representativa e as distorções potencializadas pela mídia, pelo fundamentalismo religioso e pelo mercado carregam de bandeja uma consciência reificada que legitima as opressões, cassam direitos, arruinam políticas sociais.

Quando a conjuntura promove riscos à hegemonia burguesa cabe ao Estado aprofundar medidas rumo à manutenção da ordem. Assim, o complexo estatal pode sobressair dos limites democráticos, trajetória autoritária já anunciada em meados do século XIX, *no 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 2011b), mas amortecida pela luta de classe no apogeu do Estado Social Europeu nos pós-guerra do Século XX. Na atual conjuntura, a defesa e propagação de sua característica autocrática não passa pelas estruturas clássicas, mas por mecanismos de hegemonia contemporâneos como a mídia, a internet e em outros elementos do cotidiano.

“A hipertrofia dos aparatos coercitivos do Estado também compõe a natureza da blindagem contemporânea da democracia liberal brasileira com a intensificação de ações coercitivas e repressoras, que tomam forma na criminalização dos movimentos sociais (criminalização das manifestações e organizações da classe trabalhadora por meio da repressão, da prisão arbitrária de dirigentes, da ilegalidade das lutas)”. (Duriguetto & Demier, 2017, p.15).

Não se trata de um retorno ao passado, mas de uma necessidade atual do capital. O complexo estatal, nada obsoleto e muito mais estratégico, constitui seu alicerce na valorização ideológica de minimização das políticas sociais, de militarização da vida, de profusão (neo)conservadora e reacionária como expressões de um projeto de sobrevivência do capital.

Nesse sentido, na crise iniciada nos anos 1970 há uma ampliação do caráter ideológico com o neoliberalismo, que buscará privilegiar a “cultura da crise” como campo de hegemonização da necessidade de “enxugamento” do Estado. Atravessando particularidades regionais, amortecendo possibilidades organizativas e reativas da classe trabalhadora, impulsionando os valores individualistas e uma ordem social violenta. O Estado capitalista contemporâneo vai se solidificando na disputa da parcela da riqueza socialmente produzida absorvida pelo fundo público para a aplicação direta no capital financeirizado e catalisação da exploração da força de trabalho.

A reprodução das diversas opressões absorve um caráter capilarizado e complexo que entremeia os aspectos mais triviais até as condições estruturais da vida dos indivíduos, se materializando em papéis distintos e com diferentes modos de relação. Não é uma surpresa que os recortes de gênero-sexo e de raça-etnia revelem importantes cisões dentro das mesmas classes sociais, nem é desconhecido que, mesmo entre os sujeitos explorados e oprimidos, haja reprodução de valores discriminatórios e posições de reafirmação de desigualdades.

Trabalhadoras mulheres, negras e negros, população LGBTQIA+ e imigrantes são a ponta de lança da ampliação das condições de pauperismo da classe que vive da venda de sua força de trabalho. Tal constatação permanece atual, ao passo que também ocorre uma progressiva universalização das condições precarizadas de exploração de todos os outros setores assalariados, característica comum desde o processo de acumulação primitiva do capital para aqueles que estiveram às margens dos países centrais do capitalismo.

Rompendo margens forjando mares: notas sobre a luta social e a superação do ser desumanizado

60

Em 1944 Friedrich Hayek escreveu *O Caminho da Servidão*, onde já acusava os resultados deletérios da intervenção estatal no mundo do capital, qualificando como uma ameaça à liberdade econômica e política, destruindo moralmente qualquer iniciativa de organização coletiva que propusesse a busca de direitos sociais. Além de antirrevolucionário, Hayek, sendo um crítico severo do reformismo, conjugava suas formulações cheia de adjetivos reacionários em relação aos sujeitos pauperizados e àqueles que se organizavam nas lutas sindicais e partidárias.

Em 1947, período em que o Estado de Bem-estar Social na Europa construía suas bases, Hayek tratava de amadurecer suas ideias acerca da economia e seus desafios contemporâneos e, para isso, buscava aliados que comungassem com seus ideais e princípios. Nesse processo, o liberal convocou uma reunião em Mont Pèlerin (Suíça) em que compareceram críticos ferrenhos do intervencionismo europeu e do *New Deal* norte-americano.

Nesse momento, temos a pedra angular do neoliberalismo, “A Sociedade Mont Pèlerin”, organizada e dedicada, buscava arguir e atacar os defensores do keynesianismo, preparando o terreno para as tarefas reprodutivas de um capitalismo num estágio



mais rigoroso em seus princípios originários, mais duro e livre de regras aparentes, redirecionando mais uma vez o papel estatal para os interesses individuais, impulsionando o mercado para a resolução do que era possível fazer diante da natureza desigual que é a vida em sociedade³. Para Hayek o suposto igualitarismo produzido pelo Estado de Bem-estar destruiria a liberdade dos cidadãos e a concorrência entre os mercados, fator imprescindível para a prosperidade econômica, sendo a luta por igualdade um artifício violento contra a essência humana

A antipatia dos “novos liberais” por preceitos universais de direitos, inclusive as liberdades democráticas como princípios fundamentais⁴, caso estas interferissem na ampliação dos lucros, foi uma característica amortecida pelos anos 1950 e 1960, pela conjuntura reformista de parte da Europa que conduziu o Estado Social até seus princípios de esgotamento progressivo nas últimas décadas do século XX. No entanto, cada vez mais, aquele discurso ideológico cheio de juízos de valores acoplados ao projeto econômico agressivo, ganharia protagonismo na regressividade de direitos sociais, mas também na sua condução moral que buscava esfumalar qualquer construção política centrada em pautas coletivas.

Após décadas de aprofundamento neoliberal, as teses de Hayek se tornam vitoriosas para a hegemonia do capital, mas, além de serem uma derrota para a humanidade, são, também, o fim do mito do indivíduo burguês enquanto abstração romântica de ser promotor da liberdade. A barbarização da vida no mundo capitalista demonstrou que a falsa oposição entre liberdade e igualdade é esvaziada de sentido, pois, o projeto neoliberal e sua consistência “(ultra) neoliberal”, além de cumprir sua promessa de não materializar o pecado econômico igualdade, promoveu também o distanciamento da liberdade da maioria dos seres humanos.

A carga moral dos formuladores do neoliberalismo, que demonstrava seu caráter identitário com o conservadorismo, foi uma característica particular de uma essência já revelada desde o reordenamento burguês após o levante de trabalhadores em 1848 na

³“qualquer atuação do poder público em nome da justiça destinada a aliviar a privação ou as necessidades de um indivíduo supõe uma alteração da sociedade livre e uma ingerência no âmbito da liberdade dos indivíduos, especialmente quando aquela supõe tirar de uns para dar a outros. (...) e quando um indivíduo não é capaz de satisfazer suas necessidades por meio de seus mecanismos, então deve confiar na bondade dos demais, em sua caridade, enquanto o poder político deve abster-se de toda intervenção (HAYEK apud PISÓN, 1998, p.189).

⁴“a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava, Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios (ANDERSON, 1995, p. 19-20).

Europa, em sua construção bonapartista na França nos anos 1850 e, sobretudo, em toda a convivência contraditória com o escravismo nas colônias do capitalismo nos séculos de desenvolvimento das estruturas do capital. Hoje, a barbárie da capital demonstra novamente que não há liberdade sem igualdade e, muito menos, não há nenhuma das duas sem diversidade.

Conforme demonstramos, o aprofundamento da alienação é uma necessidade histórica do capital na contemporaneidade. Suas questões estruturais colocam um abismo material na possibilidade de liberdade dos sujeitos atacando até a sua abstração formal em tempos autoritários.

A atual crise do capital tem seu caráter estrutural – nos termos de Mészáros (2009) – porque o ciclo de ampliação do capital se depara com seu amadurecimento produtivo e reprodutivo, constatada na mundialização do capital, no alto desenvolvimento das forças produtivas e no esfacelamento da legalidade civilizatória da revolução burguesa clássica. Isso impõe que o processo de ampliação das taxas de lucro sejam determinações na exponencial destrutividade da natureza e no rebaixamento do valor da força de trabalho em escala global.

No atual estágio, essas determinações capitulam a dependência economia e as raízes coloniais para metamorfosear o capital-imperialismo (Fontes, 2010) e direcionam mercado e estado como forças imponentes para garantir o disciplinamento de explorados-oprimidos, gerenciando a obsolescência da força de trabalho, disciplinando e penalizando a classe trabalhadora e seus sujeitos mais distantes do ethos burguês. Essa tarefa é posta em prática enquanto o fundo público salvaguarda a mobilidade do capital financeiro para o gerenciamento das expressões econômicas da crise, tomadas em escala cada vez mais rápidas, exigindo maior agilidade nas respostas estatais.

As indissociabilidades da unidade exploração-opressão e da reprodução social colocam desafios decisivos para as lutas sociais no capitalismo contemporâneo. As inequívocas dificuldades subjetivas de uma consciência emancipatória da classe trabalhadora contrastam com as condições objetivas de alto desenvolvimento das forças. Assim, ao passo que, por um lado, se apresentam as condições materiais de construção de uma produção e socialização do trabalho igualitária, a partir de uma ruptura do modo de produção e da sociabilidade de classes, por outro, arregimenta processos de alienação que atravessam a vida de indivíduos e grupos que vivenciam a dureza do capitalismo e seu viés destrutivo de realização da barbárie.

Se, em “Para a questão Judaica”, Marx (2010) nos apresenta os limites da esfera da luta no âmbito da emancipação política e a necessidade de uma ruptura para um processo emancipatório de toda a humanidade, no atual estágio societário e nas condições organizativas da classe com potencial revolucionário, a pergunta que se interpõem circula sobre os desvios e os supostos atalhos da luta social frente aos direitos e políticas sociais nas perdas e conquistas dentro da ordem vigente.

Nas crises e, especialmente na crise estrutural, o voo ideológico da burguesia precisa decair necessariamente no ponto de aterrissagem essencial de suas contradições essencialmente desiguais e conviventes com o autoritarismo e as barreiras da emancipação humana. A sua marcha expansionista vai alargando a distância entre a organicidade dos valores diversos dos povos e de sua complexidade, enquanto universaliza a lógica desumanizada e, assim, organiza formas, meios e conteúdos para ampliação da exploração e da expropriação, imprimindo a marginalização do que não é norma sob o universalismo da particularidade do ethos burguês.

Por isso, no seio das lutas sociais-liberais e nos equívocos estruturalistas, vai se produzindo a lógica de protagonismo que sufoca a diversidade e permite também não enxergar as contradições dos seus próprios processos. Enquanto o reacionarismo ganha força, as apostas liberais e a pós-modernidade sintetizam a decadência ideológica da burguesia em sua expressão mais aguda no campo da política entranhada entre explorados e oprimidos.

Se na atual sociabilidade o processo de alienação distancia os seres humanos do reconhecimento na condição do outro ser que vivencia distintas formas de opressão, expropriação e exploração, isso se dá pela ampliação de uma formação estrutural pautada na exploração da força do trabalho e que coisifica relações, identidades, corpos e subjetividades. Se tudo isso é potencializado por projetos políticos conjunturais explicitamente violentos, tais condições são historicamente construídas. Essa é a lógica que nos joga no limbo pendular entre o individualismo burguês e o combate fragmentado (e ineficaz) do ser hegemônico universalizado desse tempo histórico do apogeu da classe burguesa.



Considerações Finais

O reconhecimento da unidade do diverso como dimensão concreta e o desvendamento das desigualdades distintas com uma conexão unitária não são tarefas meramente interpretativas, mas condição fundamental para a ação coletiva interessada e intensificada nas lutas sociais do capitalismo contemporâneo. A luta social só tem sentido se estiver enraizada na vida e a discussão teórica só é efetiva se partir da realidade para promover ações transformadoras. Sufocar a reflexão e a luta contra toda forma de opressão sob a desculpa dos prejuízos realizados pelas posturas mecanicistas, fragmentadas e instrumentalistas é um equívoco teórico, ético e político.

Diante da unidade exploração-opressão só uma luta unitária pode superar a complexa estrutura alienada que sufoca a humanidade. A fumaça da suposta cortina moralista que se amplia na atual conjuntura tem a combustão de corpos de pessoas oprimidas que vivenciam historicamente as dimensões mais imponentes da exploração da classe trabalhadora. A forma e o conteúdo político da extrema direita não podem ser considerados um mero usufruto tático de agitação e propaganda moralista, afinal, o desenvolvimento da expropriação, em seu fundamento originário e em sua realização atual e permanente, explicitam um elemento de objetivação do distanciamento das condições materiais de vida.

64

Nessa esteira, universalização, hegemonização e complexificação dessa lógica privada assume nossas relações objetivas e nossa formação subjetiva, objetificando tudo, assumindo um caráter alienado (desumanizado/coisificado) e expressando valores que se materializam no campo das relações interpessoais.

Por todas as determinações teóricas que apontamos até aqui, fica evidente que não é a luta da classe trabalhadora que silencia a necessidade de afirmação da diversidade e das demandas do campo da opressão, mas sim, a naturalização da alienação nestes níveis de sociabilidade, rebaixando pessoas, relações, corpos e identidades, impulsionando uma visão obtusa sobre a materialidade e sua complexidade na ordem do capital.

Na mesma direção, não são as identidades e a afirmação da diversidade que divide o mundo e as lutas sociais, estas, são consequências da exploração-opressão em seus diferentes estágios. Isto é, não se pode sustentar que o feminismo ou o antirracismo são divisores estruturais da classe trabalhadora, mas sim que as alienações manifestas



no racismo, no heterocispatriarcado, no machismo, na misoginia e na lgbtqiafobia realizam essa desumanização.

Se é verdade que a absorção liberal de todos esses espaços de luta funcionou com bastante eficiência nas últimas décadas, como espaços de mobilização imediata, cabe pensarmos como desenvolvemos a movimentação política para superação da alienação do trabalho, da alienação sexual e da alienação colonial, combatendo suas expressões sem perder de vista a quebra radical de suas estruturas.

Uma sociedade emancipada não será formada por um conjunto de direitos acumulados, apropriados e compartimentados para cada grupo, mas numa concreticidade de que cada demanda diversa do ser social prescinde da condição socialmente construída para sua efetividade. Diversidade e igualdade são unidade ontológica e só serão realizadas quando superarmos a unidade exploração-opressão.

Referências

- Anderson, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. En E. Sader y P. Gentili (Eds.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático* (pp. 09-23). Paz e Terra.
- Boschetti, I. (2015). Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*, (124), 637–651.
- Chancel, L., Piketty, T., Saez, E. y Zucman, G. (2022). *World Inequality Report 2022*. World Inequality Lab. https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/01/WIR_2022_FullReport.pdf
- Coutinho, C. N. (2010). *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Expressão Popular.
- Duriguetto, M. L. y Demier, F. (2017). Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. *Argumentum*, 9(2), 8–19. <https://doi.org/10.18315/argum>.



v9i2.17066

Engels, F. (2004). Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. En A. Antunes (Org.), *A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels* (pp. 11-28). Expressão Popular.

Engels, F. (2006). *A origem da família da propriedade privada e do Estado* (C. Mioranza, Trad.). Escala.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EdUfba.

Fontes, V. (2010). *O Brasil e o Capital-imperialismo: Teoria e história* (2ª ed.). EPSJV/ Editora UFRJ.

Iasi, M. (2017). *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. ICP.

Löwy, M. (2015). Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade*, (124), 652–664.

66

Löwy, M. (2019). *Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro*. A Terra é Redonda. <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2019/outubro/19.10-Neofascismo-e-Bolsonaro.pdf>

Lukács, G. (2010). *Marxismo e teoria da literatura*. (C. Coutinho, Trad.). Expressão Popular.

Lukács, G. (2018). *Para uma ontologia do ser social* (Vol. 14). Coletivo Veredas.

Marx, K. y Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. Boitempo.

Marx, K. (2010a). *Sobre a questão judaica*. Boitempo.

Marx, K. (2010b). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo.

Marx, K. (2011). *Grundrisse* (M. Duayer y N. Schneider, Trad.). Boitempo.

Marx, K. (2011b). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (N. Schneider, Trad.). Boitempo Editorial.

Marx, K. (2013). *O Capital: crítica da economia política* (Livro I). Boitempo.



Mészáros, I. (2009). *A crise estrutural do capital*. Boitempo editorial.

Pinheiro, P. W. M. (2022). *Entre os rios que tudo arrastam e as margens que os oprimem: as determinações ontológicas da unidade exploração-opressão* (Tesis de doctorado, Universidad de Brasilia).

Pisón, J. M. (1998). *Políticas de bienestar: un estudio sobre los derechos sociales*. Tecnos.



Biografia do autor

Paulo Wesley Maia Pinheiro é Docente do Departamento de Serviço Social, do Programa de Pós-graduação em Política Social e do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do Adulto e do Idoso com ênfase em Atenção Cardiovascular, da Universidade Federal de Mato Grosso. Coordenador do Projeto Cena Livre – Teatro e Questão Social. Presidente da Associação de Maracatu Buriti Nagô. Doutor em Política Social- UnB (2022), graduado em Serviço Social (2011) e mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (2013) pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisador, extensionista, arte-educador e educador popular, tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, unidade exploração- opressão e ontologia do ser social; Arteducação, educação popular e teatro do oprimido; Determinação social da saúde e questão ambiental.

Correo electrónico: paulo.pinheiro@ufmt.br

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9632-252X>

